



RETRATOS FINAL DO

PROJETO
RAIO

GARANTA A SUA APROVAÇÃO, FUTURO SOLDADO DA PP-PI!

Apresentamos o material definitivo, totalmente focado no concurso e que aborda os pontos mais importantes para você fechar o edital!

 **Com o RETA FINAL 7D, você terá acesso a todas as informações que precisa para se destacar na prova, e fechar o edital em 7 dias!**

 **Nosso material possui diversas qualidades que farão a diferença na sua preparação:**

 **Esquemas Detalhados:** Os dispositivos mais cobrados na sua prova foram cuidadosamente esquematizados em quadros para facilitar a sua compreensão. Tenha o conhecimento na palma da sua mão!

 **Leitura Essencial:** Sabemos que a leitura é fundamental, por isso inserimos todos os conteúdos necessários para o seu estudo de forma completa e objetiva.

 **Cronograma de Estudos de RETA FINAL:** Para melhorar ainda mais o seu desempenho, adicionamos um cronograma de estudos para você fechar seu edital com todo direcionamento necessário. Assim, você terá a prática necessária para se destacar no dia da prova.

 **Sumário Inteligente:** Além de indicar quais são os tópicos mais quentes de todas as disciplinas, com base nas estatísticas de cobrança da banca **NUCEPE para o Cargo de AGEPEN da PP-PI**, com a nossa análise pormenorizada do cenário atual, você só precisa clicar no conteúdo para ir ao tópico que irá estudar!



Contém todos os tópicos de todas as disciplinas!

PORTUGUÊS
CONHECIMENTOS REGIONAIS DO PIAUÍ
DIREITO CONSTITUCIONAL
ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA
DIREITO PENAL
DIREITO ADMINISTRATIVO
INFORMÁTICA
DIREITO PROCESSUAL PENAL
LEGISLAÇÃO ESTADUAL
LEGISLAÇÃO ESPECIAL



ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

As políticas públicas englobam uma série de decisões, medidas e empreendimentos realizados pelo governo com o intuito de promover melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. Em outras palavras, **são um conjunto de iniciativas, estratégias, metas e propósitos estabelecidos pelo governo para promover o bem-estar social e o interesse público**

ATORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- **Atores governamentais (estatais / públicos)**
 - Englobam todos aqueles que possuem responsabilidades definidas pelo estado.
 - Incluem agentes políticos, nomeados ou eleitos, burocratas (ou seja, aqueles que executam as políticas públicas, como funcionários públicos) e juízes.
- **Atores não governamentais**
 - Representam instituições e organizações da sociedade civil.
 - Podem incluir grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, grupos de pressão, beneficiários das políticas públicas, think tanks (organizações que oferecem aconselhamento e realizam pesquisas na área de políticas públicas), empresários, sociedade civil organizada, organizações do terceiro setor e outros stakeholders.

DIMENSÕES DA POLÍTICA

A literatura distingue **três dimensões** da política que estão interligadas e exercem influência mútua.

POLITY (DIMENSÃO INSTITUCIONAL)	Termo utilizado para descrever as instituições políticas , esta dimensão aborda a estrutura do sistema político delineada pelo ordenamento jurídico e pela organização institucional do sistema político-administrativo. Em suma, refere-se às estruturas institucionais embasadas por um conjunto de normas jurídicas.
POLITICS (DIMENSÃO PROCESSUAL)	Expressão referente aos processos políticos (atividade política), que englobam o processo político em si, muitas vezes marcado por conflitos, relacionado à imposição de objetivos, conteúdos e decisões de distribuição. Em outras palavras, é o próprio processo político com suas dinâmicas de influência e poder.
POLICY (CONTEÚDO)	Designação atribuída aos conteúdos "concretos" (conteúdo "material") da política. Aqui estão os conteúdos específicos que se referem à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das políticas.

São as decisões tomadas e as ações concretas para sua implementação. Em resumo, são as políticas públicas propriamente ditas.

TIPOS DE POLÍTICAS

Essa categorização foi proposta por **Theodore Lowi** e considera o impacto, em termos de custos e benefícios, que as políticas públicas têm na sociedade. Segundo Lowi, com relação aos impactos esperados na sociedade, as políticas públicas podem ser classificadas em quatro tipos:

POLÍTICAS REGULATÓRIAS

São aquelas que buscam regular as atividades e comportamentos de indivíduos, grupos e organizações. Isso pode ser feito por meio de regulamentações simples, como portarias e decretos, ou regulamentações mais complexas, como códigos de trânsito. Essas políticas não visam favorecer um grupo em particular, distribuindo os custos e benefícios de maneira igualitária entre os diversos grupos da sociedade. A aprovação dessas políticas depende da relação de forças entre os atores e interesses da sociedade em um determinado momento, o que caracteriza a dinâmica pluralista desse tipo de política. Exemplos incluem normas de segurança alimentar, regulamentos para o mercado financeiro e regras de tráfego aéreo.

POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS

Trata-se de políticas em que os benefícios são concentrados em alguns grupos da sociedade, enquanto os custos são compartilhados por toda a coletividade. Geralmente, essas políticas geram pouco conflito, pois os custos são diluídos pela sociedade, tornando-se menos perceptíveis. Exemplos incluem transporte gratuito para idosos, renúncias fiscais e subsídios para determinados setores da indústria.

POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS

São aquelas em que um grupo de pessoas financia os benefícios de outro grupo. Os benefícios são concentrados em um grupo restrito, enquanto os custos são suportados por outro grupo. Essas políticas visam redistribuir renda, deslocando recursos das classes mais abastadas para as menos favorecidas da sociedade. Elas frequentemente geram conflitos, pois representam um jogo de soma zero, onde um grupo ganha o que o outro perde. Exemplos incluem cotas raciais em universidades e programas de reforma agrária.

POLÍTICAS CONSTITUTIVAS (OU ESTRUTURADORAS)

São aquelas que estabelecem as regras fundamentais do jogo político, como competências, jurisdições e procedimentos para a elaboração de políticas públicas. Conhecidas como "meta-políticas", elas moldam a dinâmica política e estão acima dos outros tipos de políticas. Essas políticas frequentemente

geram conflitos entre os atores diretamente envolvidos, como partidos políticos e poderes governamentais, pois têm o poder de alterar o equilíbrio de poder existente.

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O ciclo de políticas públicas é uma estrutura de representação e análise que ordena a trajetória de uma política pública em estágios sequenciais e interligados. As políticas públicas, portanto, consistem em várias etapas sequenciais e interligadas. No entanto, é importante ressaltar que essas etapas **podem ocorrer simultaneamente (se entrelaçando e sobrepondo umas às outras) ou mesmo em uma ordem diferente.**

Para Howlett e Ramesh, as **fases das políticas públicas** são as seguintes:



CONSTRUÇÃO DA AGENDA

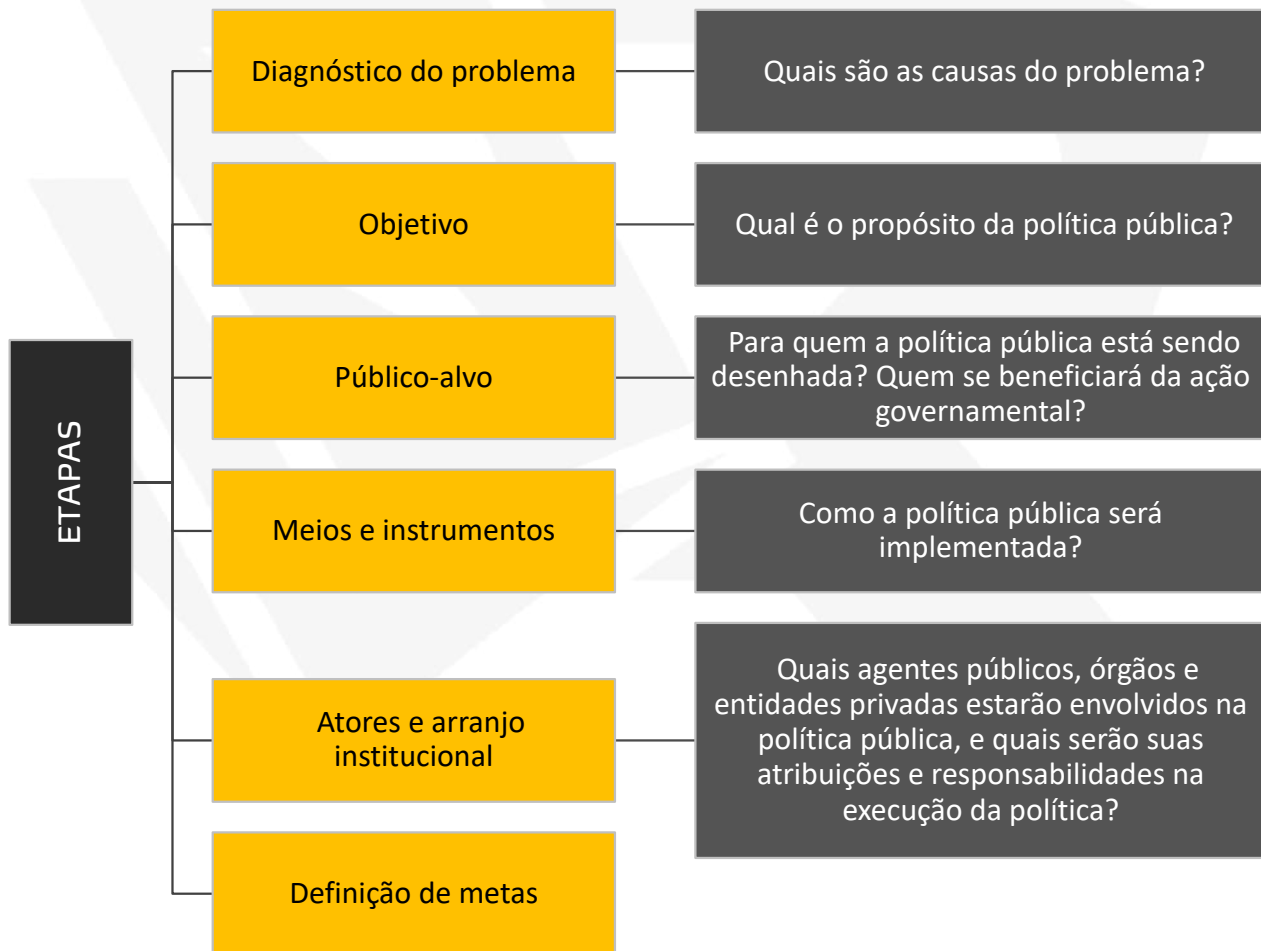
A agenda representa um conjunto de **PROBLEMAS OU TEMAS PERCEBIDOS** como relevantes em um determinado momento. A agenda pode se materializar como um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou mesmo uma simples lista de assuntos considerados importantes por um comitê editorial de um jornal.

TIPOS DE AGENDA	CONCEITO
AGENDA NÃO GOVERNAMENTAL (OU AGENDA SISTÊMICA)	Refere-se a uma lista de questões reconhecidas pela sociedade em geral como problemas, mas que não recebem muita atenção do governo.

AGENDA GOVERNAMENTAL	Abrange os problemas que merecem a atenção do governo, ou seja, questões que estão sendo formalmente analisadas e institucionalizadas pelo governo.
AGENDA DE DECISÃO (OU AGENDA DECISÓRIA)	Consiste na lista de problemas que estão sujeitos a um processo formal de decisão pelos agentes políticos e que serão efetivamente abordados por uma política pública.

FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A formulação de políticas envolve uma série de instituições e atores que buscam atender às demandas de um determinado público-alvo diante de um problema específico. Segundo o modelo proposto pelo Instituto, nesta etapa a política é projetada e delineada. A fase de caracterização das políticas públicas inclui:



TOMADA DE DECISÕES

A tomada de decisão representa o momento em que se opta por uma ação (ou pela inação) para lidar com um problema público. Durante essa fase, os agentes políticos selecionam, entre as alternativas disponíveis, aquela que consideram ser a melhor solução para o problema em questão.

MODELOS DE TOMADA DE DECISÃO

MODELO RACIONAL (RACIONAL-COMPREENSIVO)

- Pressupõe que o tomador de decisão possui informações completas e capacidade plena para processá-las.
- Considera que o tomador de decisão conhece todos os custos e benefícios envolvidos em cada opção.
- Objetivo: selecionar políticas nas quais os benefícios superem os custos, evitando aquelas em que os custos superem os benefícios.
- Enfatiza a busca pelas alternativas mais eficientes.

MODELO INCREMENTAL

- Visa resolver problemas de forma gradual, introduzindo mudanças pouco a pouco, sem realizar grandes modificações ou rupturas.
- As decisões tendem a ser incrementais, de pequena escala, e envolvem um processo de ajuste mútuo entre os participantes.
- Reconhece que nem sempre todas as informações estão disponíveis.
- Considera os custos das decisões e busca o "melhor acordo" entre os interesses envolvidos.

MIXED-SCANNING (SONDAGEM MISTA)

- Reconhece dois tipos de decisões: as ordinárias ou incrementais e as fundamentais ou estruturantes.
- Combina uma ampla revisão do campo de decisão, sem análise detalhada de cada alternativa, com decisões estruturantes.
- As decisões incrementais derivam das decisões estruturantes e envolvem análise mais detalhada de alternativas específicas.

GARBAGE CAN (LATA DE LIXO)

- Parte do princípio de que as soluções procuram por problemas, e não o contrário.
- Diversas soluções são construídas em tese e armazenadas em uma "lata de lixo".
- Os agentes públicos procuram problemas que possam ser resolvidos com as soluções disponíveis.

- Aplica-se quando há um grande número de tomadores de decisão e grande incerteza sobre as causas dos problemas e suas soluções.

IMPLEMENTAÇÃO

É durante a implementação que se observam os resultados tangíveis da política pública. Nesta fase, as intenções são convertidas em ações por meio da aplicação de regras, rotinas e processos sociais. Aqui, a Administração Pública assume seu papel fundamental de executar as políticas públicas, transformando ideias em prática.

Existem dois modelos de implementação de políticas públicas, conforme explica Sabatier:

MODELO TOP-DOWN (DE CIMA PARA BAIXO)

- Caracterizado pela separação clara entre o momento da tomada de decisão, realizado pelos agentes políticos, e o momento de implementação, realizado pela burocracia.
- Neste modelo, a burocracia tem apenas o papel de executar as políticas decididas pelos agentes políticos, sem poder decisório.
- Produz uma lentidão no processo decisório, já que as demandas dependem das decisões dos escalões superiores.

MODELO BOTTOM-UP (DE BAIXO PARA CIMA)

- Caracterizado pela maior liberdade dos burocratas e outros atores na organização e modelagem da implementação das políticas públicas.
- Os implementadores têm mais participação no processo e liberdade para decidir sobre soluções durante a implementação, sendo posteriormente legitimadas pelos tomadores de decisão dos altos escalões.
- Neste modelo, a política pública é modificável pelos implementadores no dia a dia, conferindo ao burocrata um papel central.
- Apresenta maior flexibilidade no processo decisório.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS

A avaliação é uma etapa crucial do ciclo de políticas públicas, onde o processo de implementação e o desempenho da política são minuciosamente examinados para obter uma compreensão mais profunda do estado da política e do progresso na redução do problema que a motivou. É o momento fundamental para

fornecer feedback sobre as fases anteriores do ciclo. A avaliação, em termos de tempo, pode ser classificada em três tipos:

AVALIAÇÃO EX ANTE (AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA / CONTROLE PRÉVIO)
• Esta avaliação ocorre antes da implementação do programa ou política pública.
• Seu objetivo é identificar a situação inicial e avaliar a viabilidade do programa.
• Serve como um controle proativo, buscando evitar erros no desenho e formulação das políticas.
AVALIAÇÃO IN ITINERE (AVALIAÇÃO FORMATIVA / CONTROLE CONCOMITANTE / AVALIAÇÃO INTERMEDIÁRIA)
• Esta avaliação acontece durante a implementação do programa ou política pública.
• Seu propósito é monitorar o progresso do programa e adquirir conhecimento para melhorar sua execução.
• Funciona como um controle reativo, identificando e corrigindo desvios que possam ocorrer durante a implementação.
AVALIAÇÃO EX POST (AVALIAÇÃO SOMATIVA / CONTROLE POSTERIOR)
• Esta avaliação ocorre após a implementação do programa ou política pública.
• Se concentra em avaliar os resultados alcançados pelo programa, verificando se atingiu seus objetivos esperados.
• Tem como foco a eficácia do programa e representa um tipo de controle voltado para os resultados.



PORTUGUÊS

INCIDÊNCIA: ALTÍSSIMA 41,20%

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Para você se sair bem nas questões sobre interpretação de textos, **precisa dar muita atenção ao comando da questão**, para identificar se a questão deseja que você interprete o que está exatamente no texto, de acordo com a sua **literalidade**, ou então se ela quer que você faça **inferência** a partir do que está escrito no texto. Dando atenção a esses detalhes, seu percentual de acertos aumentará bastante! **Faça muitas questões de interpretação de textos!**

Recorrência:

O leitor deve localizar no texto a informação desejada, ciente de que a resposta será expressa usando diferentes termos, na forma de uma paráfrase, isto é, uma reescrita.

Inferência:

O leitor é encorajado a realizar inferências com base no texto. Essas inferências se fundamentam em pressupostos, ou seja, pistas e indícios fornecidos pelo próprio texto. Extrapolar além dessas pistas do texto constitui uma interpretação excessiva. Geralmente, questões de inferência incluem o seguinte enunciado: "é possível inferir das ideias apresentadas no texto".

COMANDOS DA QUESTÃO

O leitor deve buscar no texto aquela informação, sabendo que a resposta estará escrita com outras palavras, em forma de paráfrase, ou seja, de uma reescritura, ou de informações implícitas.

PRINCIPAIS COMANDOS DE QUESTÕES (ENUNCIADO)

O autor afirma que...

De acordo com o texto...

No texto...

INFERÊNCIA (INTERPRETAÇÃO DE TEXTO)

O leitor deve fazer deduções a partir do texto. O fundamento da dedução será um pressuposto, ou seja, uma pista, vestígios que o texto traz, ou uma informação subentendida, que não está explicitamente marcada no texto, mas é insinuada pelo autor. Deduzir além das pistas do texto é extrapolar;

PRINCIPAIS COMANDOS DE QUESTÕES (ENUNCIADO)

É possível deduzir que...
Qual a intenção do narrador/autor...
Conclui-se que...
Inferre-se do texto que...

NÃO COMETA ESSES ERROS!

EXTRAPOLAR	O examinador inventa aspectos que não estão contidos no texto e o candidato, por não ter entendido bem o texto, preenche essas lacunas com a imaginação, fazendo outras associações, à margem do texto, estimulado pela assertiva errada.
LIMITAR E RESTRINGIR	É o contrário da extrapolação. Supressão de informação essencial para o texto. A assertiva reducionista omite parte do que foi dito ou restringe o fato discutido a um universo menor de possibilidades.
ACRESCENTAR OPINIÃO PRÓPRIA	O examinador parafraseia parte do texto, mas acrescenta um pouco da sua própria opinião, opinião esta que não foi externada pelo autor. A armadilha dessas afirmativas está em embutir uma opinião que não está no texto, mas está na consciência coletiva, por ser um clichê ou senso comum que o candidato possa compartilhar.
CONTRADIZER O TEXTO	O texto original diz “A” e o texto parafraseado da assertiva errada diz “Não A” ou “B”. Para disfarçar essa contradição, a banca usará muitas palavras do texto, fará uma paráfrase muito semelhante, mas com um vocábulo crucial que fará o sentido ficar inverso ao do texto.



TANGENCIAR O TEMA

O examinador cria uma assertiva que aparentemente se relaciona ao tema, mas fala de outro assunto, remotamente correlato.

No mundo dos fatos, aqueles dois temas podem até ser afins, mas no texto não se falou do segundo, só do primeiro; então houve fuga ao tema.

INCIDÊNCIA: ALTÍSSIMA 13,79%

CLASSE DE PALAVRAS

A classe das palavras são 10, sendo: substantivo, verbo, adjetivo, pronome, artigo, numeral, preposição, conjunção, interjeição e advérbio.

VARIÁVEIS	INVARIÁVEIS
Substantivo	Advérbio
Artigo	Preposição
Adjetivo	Interjeição
Numeral	Conjunção
Verbo	
Pronome	

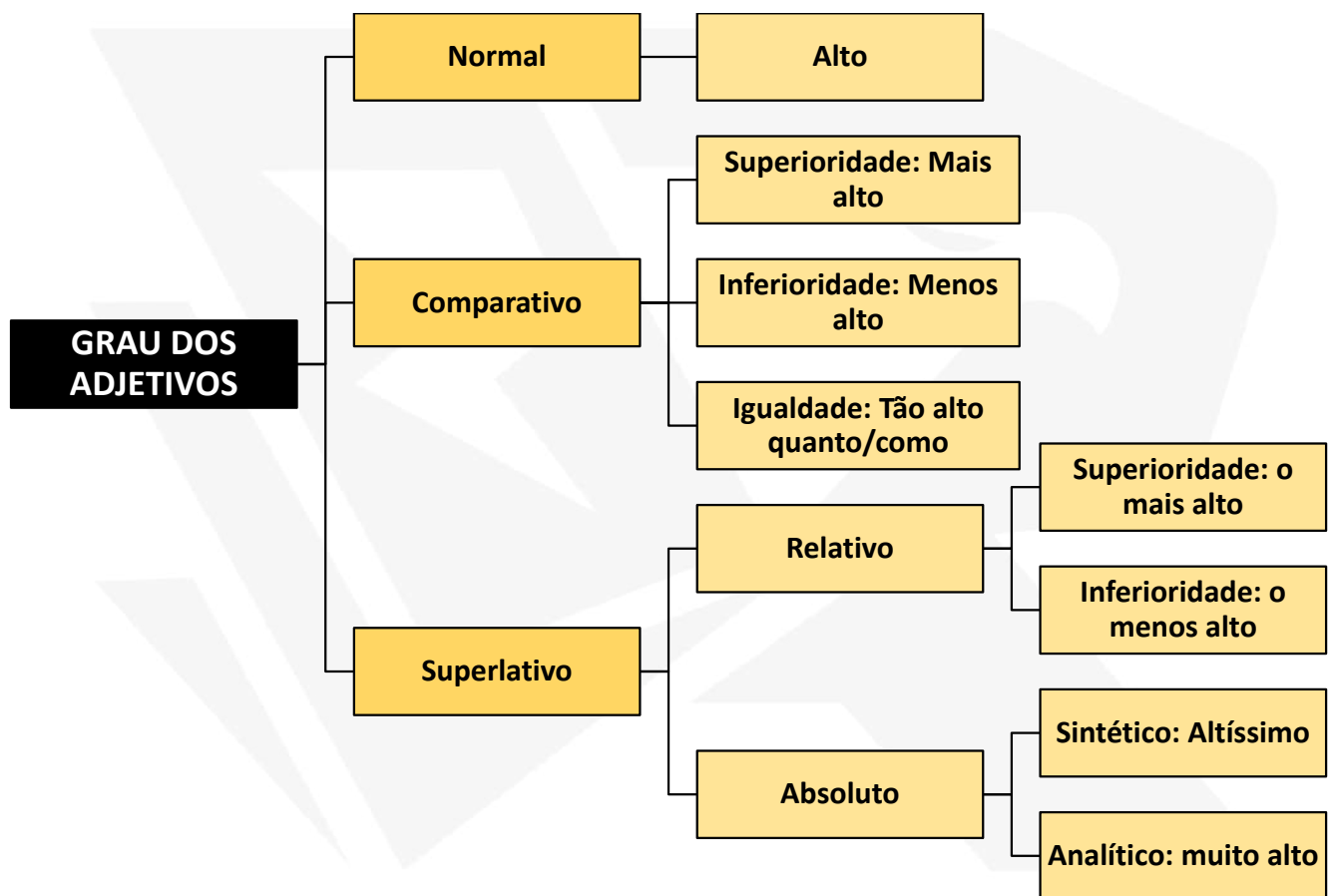
ADJETIVOS

Classe variável que se refere ao substantivo, por isso, tem função sintática de adjunto adnominal. Podem também ser predicativo.

CLASSIFICAÇÃO DOS ADJETIVOS

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
SIMPLES	Possui apenas um radical.
COMPOSTO	Possui mais de um radical.
PRIMITIVO	Forma original, não derivado de outra palavra.

DERIVADO	É formado a partir de outra palavra.
EXPLICATIVO	Indica característica inerente e geral do ser
RESTRITIVO	Indica característica que não é própria do ser.
GENTÍLICO	Relativos a povos e raças.
PÁTRIO	Relativos a cidades, estados, países e continentes.



LOCUÇÃO ADJETIVA

Expressão que equivale a um adjetivo.

Tenho hábitos de velho x Tenho hábitos senis.

Classe variável que se refere ao substantivo, por isso, tem função sintática de adjunto adnominal. Podem também ser predicativo.

- **Locução adjetiva:** expressão que equivale a um adjetivo.

Tenho hábitos de velho x Tenho hábitos senis



VERBOS E TEMPOS VERBAIS

EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

Verbo é a classe variável (varia em tempo, modo, número, pessoa) que expressa ação, estado, fenômeno e processos em geral.

ESQUEMATIZANDO

VERBOS	NOCIONAL	TRANSITIVO	DIRETO	
			INDIRETO	
			BITRANSITIVO	
	RELACIONAL	INTRANSITIVO		
		SECAPPFT	S	SER
			E	ESTAR
			C	CONTINUAR
			A	ANDAR
			P	PARECER
			P	PERMANECER
			F	FICAR
			T	TORNA-SE



MATEMÁTICA

INCIDÊNCIA: ALTÍSSIMA 26,40%

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

FUNCIONÁRIO PÚBLICO TÍPICO	Quem exerce cargo (regime estatutário), emprego (regime celetista) ou função pública (atividade administrativa em si mesma), ainda que transitoriamente e sem remuneração (ex.: jurado e mesário). Obs: Aquele que exerce múnus público não é considerado funcionário público para fins penais. Ex: tutores, curadores, administradores judiciais, defensores dativos e depositário judicial. Ex: Administrador Judicial da falência - não exerce função, mas encargo Prevalece (STJ) que o advogado dativo é FUNCIONÁRIO PÚBLICO para fins penais.	
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	PARTICIPAÇÃO E COAUTORIA POR PARTICULAR	A condição de funcionário público é elementar. Assim, o particular que, ciente da condição de funcionário do comparsa pode ser coautor e partícipe de crime funcional.
	PROCEDIMENTO ESPECIAL	Há um rito especial para a apuração dos crimes funcionais O juiz, antes de receber a denúncia, deve notificar o funcionário público para que este ofereça defesa preliminar, por escrito, em um prazo de 15 dias

	PERDA DO CARGO OU FUNÇÃO	Perda do cargo ou função como efeito da condenação Se houver condenação por crime funcional, o efeito da condenação será a perda do cargo, função ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
	NECESSIDADE DE REPARAÇÃO DO DANO PARA A PROGRESSÃO DE REGIME	O funcionário condenado por crime contra a Administração Pública somente pode progredir de regime durante a execução da pena caso já tenha reparado o dano causado ou devolvido o produto do crime.
	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	Não se aplica

CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

PECULATO DOLOSO art. 312			PECULATO CULPOSO	PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM Art. 313
PECULATO APROPRIAÇÃO	PECULATO DESVIO	PECULATO FURTO		
Tem a posse do bem em virtude do cargo e passa a agir como dono. =Peculato Malversação	tem a posse do bem em virtude do cargo e o desvia em proveito próprio ou de terceiro.	Não tem a posse do bem, mas se vale das facilidades do cargo para subtrair ou concorrer para subtração.	O agente não observa seu dever de cuidado, concorrendo para que outrem subtraia, desvie ou se aproprie do bem. É infração de menor potencial ofensivo, admitindo transação penal e suspensão condicional do processo. Se o agente reparar o dano até a sentença irrecorrível, extingue a	Essa modalidade é denominada peculato-estelionato, uma vez que a vítima entrega um bem ao agente por estar em erro.
Verbo: Apropriar-se	Verbo: Alterar o destino do bem	Verbo: Subtrair; concorrer para que 3º subtraia		

			punibilidade; se após isso, reduz a pena pela metade	
Posse: iniciou-se de forma lícita	A lei não pune o peculato uso	Requisito: o funcionário tem que se valer de alguma facilidade proporcionada pelo cargo	Ocorre quando: funcionário descuidado + 3º que pratica crime doloso	
Objeto: bem MÓVEL (não existe peculato de bem imóvel)	Desvio pode ser em benefício próprio ou de 3º			
Consumação: quando se inverte o ânimo sobre a coisa	Consumação: quando há a posse lícita + desvio do bem	Consumação: quando deixa o local na posse do bem Crime material	Consumação: quando o 3º consuma o crime Não existe tentativa em crime culposos	

INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES - ART. 313-A	MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES - ART. 313-B
Mudança nos dados Objetividade jurídica: A preservação dos bancos de dados da Administração Pública	Mudança no sistema ou programa Objetividade jurídica: preservação dos sistemas de informações e programas de informática da Administração.
Trata-se de um crime próprio (só pode ser praticado por um funcionário público autorizado, não podendo ser praticado pelos demais funcionários públicos).	Chamado de Peculato Eletrônico
Se um funcionário público não autorizado ou um particular praticar essa conduta, incide no crime do art. 299 (falsidade ideológica).	
Verbo: 1. Inserir ou facilitar a inserção de dados falsos 2. Alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas	Aumento de um terço até a metade da pena se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração ou para o administrado.

EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO - ART. 314

Art. 314. **Extraviar** livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; **sonegá-lo** ou **inutilizá-lo**, total ou parcialmente:

Pena — reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Consumação: Com o extravio ou inutilização

- No extravio e na sonegação, o crime é permanente.

Tentativa: Não é admissível apenas na modalidade omissiva (sonegar).

Aqui não há um dolo específico. Se houver o dolo específico de suprimir o documento, o agente responde pelo artigo 305 do CP (Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor).

SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO ART. 337	EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO. ART. 314
É crime praticado por particular contra a administração em geral	É crime praticado por funcionário contra a administração

EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS - ART. 315.

Art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

Consumação: o crime se caracteriza pelo emprego de verbas ou rendas públicas **em benefício da própria Administração**

CARACTERÍSTICAS

- O desvio de verbas públicas é em prol da própria Administração.
- Trata-se de um crime de menor potencial ofensivo.
- É uma norma penal em branco, ou seja, o art. 315 só terá validade se houver o complemento de outra lei.
- O sujeito ativo é o funcionário público que possa dispor das verbas.

- Estado de necessidade: é uma excludente de ilicitude, ou seja, o funcionário não responderá pelo crime.
- Se o funcionário cometer o crime do art. 315, mas com a intenção de se beneficiar, também responderá por improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992).
- Trata-se de um crime de ação penal pública incondicionada, material, cabe tentativa e é funcional próprio.

CONCUSSÃO - ART. 316

Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Essa **exigência** envolve, necessariamente, uma ameaça à vítima, pois, do contrário, haveria mero pedido, que caracterizaria a corrupção passiva

Consumação: Quando a exigência chega ao conhecimento da vítima, independentemente da efetiva obtenção da vantagem visada pelo agente.

Tentativa: É possível.

DIFERENÇAS ESSENCIAIS

CONCUSSÃO	CORRUPÇÃO PASSIVA
Funcionário público exige a vantagem	Na corrupção passiva, há mero pedido, solicitação.

CONCUSSÃO	EXTORSÃO
Ocorre uma ameaça que, entretanto, não pode ser grave.	Como o crime de extorsão é sempre cometido mediante o emprego de violência ou grave ameaça e tem pena maior do que a do crime de concussão, caso o funcionário empregue violência contra pessoa ou grave ameaça

- O crime de concussão não supõe a prática de corrupção ativa pelo particular
- É legítima a utilização da condição pessoal de policial civil como circunstância judicial desfavorável para fins de exasperação da pena base aplicada a acusado pela prática do crime de concussão. (STF. HC 132990/PE, julgado em 16/8/2016)

SEJA BEM-VINDO!

Desejamos as boas-vindas, e agradecemos por ter acompanhado a demonstração de nosso conteúdo! Todas as disciplinas foram feitas com base no estudo reverso para seu edital e banca nessa mesma qualidade! **Ou seja, a assertividade do conteúdo é ALTÍSSIMA em provas. Temos alcançado uma margem de 87% de acertos em média para cada prova policial em 2023!**

Aproveito para te mostrar o que nosso material já gerou em resultados, o seu poderá ser o próximo na PP-PI!

12:01

Renato Oliveira
renatooliveira.fox

Opa Renato! Show de bola irmão.

Ano passado, tive diversas reprovações nesse mundo dos concursos sempre batendo na trave. Já vinha esperando o edital da PM/RN, quando saiu, pesquisei algum material que tivesse duas disciplinas que era novidade pra mim, Direito Penal Militar e Legislação PM/RN. Quando conheci o projeto Raio-X adquiri de cara e confiei. Material bem cognitivo e direto ao ponto, com resumos específicos que caiu no dia da prova. Não foi fácil pelos problemas de saúde da minha mãe, algumas noites estudando pelo material no hospital. Para honra e Gloria do senhor no final deu tudo certo. Não desistam, que suas derrotas sejam combustível necessário para suas conquistas.

" Nossa maior fraqueza está em desistir. O caminho certo de vencer é tentar mais uma vez".

Emocionante e gratificante. Não há nenhuma dúvida melhor para nosso trabalho se não gerar essa

Mensagem...

20:58

Alice Lima
+ Adicionar detalhes e rótulos

Olá, acertei 40 questões, e só estudei 1 mês! Obrigado pelo material com tantos detalhes, realmente é um incrível resumo sobre tudo! Estou à caminho da aprovação das demais etapas do PMESP 🙏❤️

Não tinha base alguma, matemática então comecei do zero!

Alice! 1 mês!? Ficamos muito felizes com o seu sucesso. ❤️

Vamos juntos, siga firme! Até a última etapa! ❤️

1 mês de estudo, aproveitando a madrugada pra estudar! Tenho filho de 1 ano e trabalho 8 horas por dia como atendente! Foi puxado mas valeu a pena, o material de vocês me ajudou bastante na revisão antes da prova, tinha coisa que eu nem sabia! Muito obrigado 🥰 Rumo a posse, amém!

R\$ Criar pedido

Histórico de pedidos

Aa

em fazer pra outras áreas como tribunal prf pc Pf



Receita

Fala Rodrigo! Já nesse segundo semestre!

Tô gostando do material, ele vai bem direto ao ponto e percebi que estou acertando mais questões e apreendendo mais parabéns aí a equipe



ONTEM, 22:43

Opa! Ficamos muito felizes! Esse é o nosso maior objetivo! Obrigado amigo! A sua avaliação é importante pra nós! ✓

Respondeu ao seu story



Eu tô estudando pelo material de vocês é perfeito mesmo, eu tinha comprado um curso caro e muito extenso não tava entendendo nada... Rumo a aprovação na PMERJ 💕



Muito bom, Rayane! Ficamos muito felizes! Futura aprovada PMERJ 🦅

Faça parte da nossa comunidade de mais de 10.000 alunos que transformaram seu modo ativo de estudos!

[CLIQUE AQUI PARA ADQUIRIR O SEU MATERIAL COMPLETO!](#)